

LIVROS ESTÃO MAL DISTRIBUÍDOS



Por OLIVEIRA FIGUEIREDO

GOVERNO GASTA 3 MILHÕES DE CONTOS NA PROMOÇÃO DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

A quase total ausência em Portugal de estruturas de acesso à leitura foi ontem desassombadamente reconhecida no Parlamento, pela secretária de Estado da Cultura, durante a sessão de perguntas ao Governo em que esta questão foi levantada precisamente pelo grupo parlamentar social-democrata.

Teresa Gouveia revelou que, dos 9 milhões e 600 mil portugueses residentes no território continental, cerca de 5 milhões não têm acesso à leitura pública, devendo-se isto, em parte, ao facto igualmente constatado de que dos 275 concelhos existentes 230 não possuem biblioteca cumprindo as funções que o conceito de leitura pública implica (90 por cento das bibliotecas possuem menos de um livro

por habitante do concelho e aproximadamente 85 por cento adquirem menos de 20 livros por ano).

Por outro lado, disse ainda a secretária de Estado da Cultura, as próprias estruturas de oferta comercial, as livrarias, são inexistentes na maior parte dos centros populacionais do País e com tendência para encerrarem a favor de estruturas de venda indiscriminada, como supermercados e labacarias

e, sublinhou Teresa Gouveia, nos casos em que esta oferta existe, é financeiramente inacessível a largas faixas da população.

Como solução, na linha de uma política integrada do livro e da leitura, aquele membro do Governo adiantou que se está a encetar um apoio à edição como actividade industrial e não, como até aqui, uma excessiva orientação culturalista com acentuado privilégio ao livro definido como cultural.

Entretanto, a Secretária de Estado da Cultura está já a desenvolver um projecto de apoio técnico-financeiro à criação de bibliotecas

municipais, que consiste num programa de 5 anos, durante os quais a administração central financiará 50 por cento dos custos de instalação de bibliotecas dos municípios que o solicitarem. A previsão do custo total das responsabilidades fi-

nanceiras para a administração central é de 3 milhões de contos até 1991, compreendendo 230 bibliotecas, e para o corrente ano de lançamento estão inscritos 360 mil contos no PIDDAC da Secretaria de Estado da Cultura.

Estado deve velar pela genuinidade dos clássicos

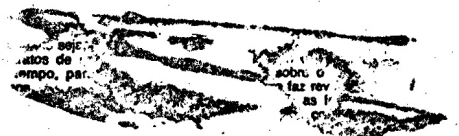
Como que completando a ideia do Ministério da Educação e Cultura, o grupo parlamentar renovador divulgava, ontem também, um projecto de lei sobre a leitura pública em Portugal, defendendo, entre ou-

tros princípios da política do livro, que compete ao Estado velar pela genuinidade dos textos que se publicam de autores clássicos, inclusive os clássicos da modernidade já caídos no domínio público, definindo previamente o que deve entender-se por clássicos, essa definição excluindo os autores vivos e incentivando o estabelecimento de textos rigorosos e a organização de edições críticas.

Para os renovadores, o Estado deve ainda estabelecer, com a flexibilidade que as circunstâncias e as realidades impõem, formas de estímulo e apoio aos autores, designadamente subsídios para a edição de obras que, pelo seu carácter não comercial mas com interesse geral para a cultura portuguesa, não podem ser editadas por empresas privadas e bolsas para deslocações e estadas destinadas a investigação que completem uma obra já em elaboração.

Mas, por outro lado, o Estado deve encetar uma acção cultural, visando fazer respeitar a soberania do leitor ou comprador no mercado do livro, evitar toda e qualquer intervenção estranha na orientação do mercado, consagrar a prioridade do autor em todos os domínios da edição, venda e propaganda do livro.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31



Cultura - Bibliotecas Municipais

